



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ANGELICA RODRIGUES DE SOUZA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Angelica Rodrigues de Souza

A Educação Especial a Partir da Pedagogia Histórico-Crítica

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciada pedagogia.

Orientador (a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729e Souza, Angelica Rodrigues de.
A Educação Especial a Partir da Pedagogia Histórico-Crítica. / Angelica Rodrigues de Souza. – Miracema, TO, 2025.
53 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.
Orientador: Luciane Silva de Souza

1. Educação Especial. 2. Pedagogia Histórico-Crítica. 3. BDTD. 4. Formação humana. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANGELICA RODRIGUES DE SOUZA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciada e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Luciane Silva de Souza, Orientador - UFT

Prof. Dra. Juliana Chioca Ipólito, Examinadora - UFT

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho, Examinador - UFT

Deus que me possibilitou ter força para continuar com esse Trabalho de Conclusão de Curso, a minha professora Dra. Luciane, que não mediu esforço para me orientar e a minha família que está sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar meus agradecimentos ao criador por tudo que tem realizado na minha vida e irá realizar. Também agradecer a minha mãe Maria Iraci, por sempre acreditar em mim, a minha irmã Kelly Rodrigues, que sempre me apoiou, ao meu esposo Anderson Pereira, que sempre esteve do meu lado dando força e a minha orientadora Dra. Luciane, que sem ela não era possível a escrita desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir as contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação especial, destacando como a defesa da socialização do conhecimento escolar a todos e todas, inclusive pessoas com deficiência, se alinha à luta de classes a partir de uma perspectiva histórico-filosófica e sócio-política. Para isso, foram organizados, sistematizados e analisados criticamente trabalhos da área de educação especial que se referem ao aporte teórico-metodológico da pedagogia histórico-crítica. Inicialmente, abordam-se os desafios enfrentados pela educação especial brasileira na contemporaneidade, seguidos de apontamentos sobre a pedagogia histórico-crítica, para, então, recuperar a produção e as contribuições dessa abordagem ao campo da educação especial. Por fim, realizou-se um levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, buscando identificar as principais contribuições ao tema proposto. Destaca-se a necessidade contínua de pesquisa e debate para soluções inovadoras ao tema. A educação inclusiva é um direito universal e fundamental para uma sociedade justa e acessível.

Palavras Chave: Educação Especial. Pedagogia Histórico-Crítica. BDTD. Formação humana.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the contributions of historical-critical pedagogy to special education, highlighting how the defense of the socialization of school knowledge to all, including people with disabilities, is aligned with the class struggle from a historical-philosophical and socio-political perspective. To this end, works in the area of special education that refer to the theoretical-methodological contribution of historical-critical pedagogy were organized, systematized, and critically analyzed. Initially, the challenges faced by Brazilian special education in contemporary times are addressed, followed by notes on historical-critical pedagogy, in order to then recover the production and contributions of this approach to the field of special education. Finally, a survey was carried out in the CAPES database of theses and dissertations, seeking to identify the main contributions to the proposed theme. The continuous need for research and debate for innovative solutions to the theme is highlighted. Inclusive education is a universal and fundamental right for a fair and accessible society.

Keywords: Special Education. Historical-Critical Pedagogy. BDTD. Human formation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes (BDTD) – Educação Especial e PHC – 2020-2025.....	20
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.2	Metodologia	10
2	A PEDAGOGIA HISTORICA-CRITICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	12
2.1	Pedagogia histórico-crítica.....	12
2.2	A educação especial.....	14
2.3	Educação especial e pedagogia histórico-crítica	17
3	EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TESES E DISSERTAÇÕES (2020-2025) DO BANCO DE DADOS DA CAPES (BDTD).....	19
3.1	A pesquisa	19
3.2	Análise das Teses e Dissertações	27
3.2.1	O projeto de educação especial na educação superior: pedagogia em disputa – Ana Paula dos Santos Ferraz	27
3.2.2	Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas - Genigleide Santos da Hora.....	31
3.2.3	A Concepção de Aprendizagem Escolar na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil - Ruth Mary Pereira dos Santos.....	32
3.2.4	O trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismo e resistências no atendimento educacional especializado na educação escolar – Vanir Peixer Lorenzini.....	33
3.2.5	Educação especial e o direito à educação: um estudo sobre alfabetização em sala de recursos multifuncionais na escola do campo - Adriana Cristina Moraes Eloy.....	36
3.2.6	(RE) pensando as necessidades formativas continuadas de docentes no contexto da inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental - Míriam Alves Turesso.....	39
3.2.7	Políticas públicas para educação especial inclusiva e suas acepções no município de Caetité – Ba - Jaime de Jesus Santana.....	40
3.2.8	Educação, inclusão e tecnologia assistiva: dimensões políticas implementadas nas escolas públicas pela secretaria municipal de educação de Manaus/Am - Christiane Bruce dos Santos.....	43
3.2.9	Concepções de deficiência presentes na práxis educativa dos educadores de uma "escola inclusiva" no sudoeste mineiro - Damaris Alcídia da Costa Melgaço.....	44

3.2.10	Crianças com deficiência de zero a três anos: dimensões legais, políticas e teóricas na Secretaria Municipal de Educação De Manaus - Natália dos Santos Chaves.....	45
3.2.11	A educação especial expressa no currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel (PR): algumas reflexões - Elcy Aparecida da Silva Rosa.....	47
3.2.12	Objetos pedagógicos acessíveis: uma experiência a partir de acervos de arte - Emiliana Pagalday Fernández.....	48
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, monografia, é resultado da pesquisa bibliográfica sobre Educação Especial na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica (PHC). Foi realizada com o intuito de contribuir para refletir sobre esta temática e possibilitar ver como a PHC, como teoria pedagógica, entende a educação especial. Também é importante que o trabalho de pesquisa proporcione uma reflexão sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessas primeiras colocações, surge a pergunta: Quais são as principais propostas a partir da pedagogia histórica-crítica para a educação especial que aparecem o analisar as teses e dissertações do banco de dados de teses e dissertações da CAPES?

A Pedagogia histórico-crítica traz um olhar diferente e sobre as condições sociais reais e concretas dentro da sociedade de classes capitalista. É uma pedagogia transformadora, cujo objetivo é uma construção de uma sociedade efetivamente humana.

Os objetivos propostos para o trabalho são:

Objetivo Geral: Analisar as discussões sobre educação especial a partir da pedagogia histórico- crítica no banco de dados de teses e dissertações da CAPES (BDTD), anos de 2020 até 2025

Objetivos Específicos:

1. Compreender a pedagogia histórico-crítica e como ela promove uma reflexão acerca da educação especial.
2. Proporcionar uma reflexão sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades Educacionais a partir da PHC.
3. Realizar um levantamento das pesquisas sobre educação especial na perspectiva da pedagogia histórico-crítica no BDTD.

1.2 Metodologia

A pesquisa é bibliográfica, descritiva e qualitativa. Será realizada por meio de levantamento de bibliografias que tratem do tema da pesquisa e na base de dados da CAPES (BDTD). A pesquisa bibliográfica, feita a partir de autores como Saviani (2008, 2020), Duarte (2013, 2015), dentre outros; além das teses e dissertações analisadas. Será descritiva porque após o levantamento, iremos descrever o tratamento dado pelos autores das teses e dissertações que se encaixam nos critérios colocados para análise e qualitativa porque a pretensão aqui é

descrever o conteúdo e não articular a pesquisa com dados quantitativos, de números ou percentuais. Antes da análise, detalhamos melhor a metodologia utilizada para levantamento, descrição e análise do BDTD.

CAPÍTULO I

2 A PEDAGOGIA HISTÓRICA-CRÍTICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1 Pedagogia histórico-crítica

A pedagogia histórico-crítica se constitui numa teoria pedagógica, transformadora, cujo objetivo é uma construção de uma sociedade efetivamente humana; a qual tem o intuito de aprimorar o conhecimento da (PHC) percebe-se que a pedagogia histórico-crítica dá ênfase às formas de conhecer o ser humano e a sociedade e orientar a relação entre educação e sociedade e dar acesso à classe trabalhadora aos conhecimentos acumulados ao longo da história.

A partir de 1979, durante a ditadura militar e um contexto de crise política, econômica e social, surgiram os primeiros fatores relacionados à PHC, que em 2023 completou 44 anos. Apesar dos desafios, o professor Demerval Saviani defendeu o acesso à educação pública, laica, gratuita, universal e de qualidade, posicionando-se de forma histórica e crítica em prol do ensino público no Brasil.

Ao longo da trajetória de desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica (PHC), surgiram as primeiras denominações dessa abordagem antes da consolidação do nome atual. As teorias pedagógicas são consideradas históricas, pois refletem os contextos sociais, épocas e concepções de mundo, ser humano e sociedade em que se originam e a PHC não foi diferente, todo o contexto influenciou enormemente em seu surgimento e na sua construção contínua, pois é isto que Saviani propõe, a PHC não é uma teoria pronta, é uma teoria em construção.

Em 2023, a PHC completou 44 anos desde suas primeiras formulações e fundamentos metodológicos. Tanto a sociedade quanto a educação passaram por diversas transformações durante esse período. Nesse contexto, Saviani, influenciado inicialmente por aspectos da fenomenologia e metafísica, transitou para o materialismo histórico-dialético e contribuiu para o desenvolvimento da PHC, com foco nas questões relacionadas a classe trabalhadora, pois esta deveria dominar os conteúdos que os dominantes dominam para fazer frente a uma revolução e transformar a sociedade capitalista.

Os movimentos sociais buscavam articular e unificar lutas da população mais carente contra a ditadura, repressão, exploração e carestia, visando melhores condições de vida, trabalho e inclusão social por meio da educação pública de qualidade. Nos anos finais da década de 1970, Demerval Saviani questionava qual educação seria necessária para superar os

desafios dos trabalhadores. Embora muitas teorias não tenham sido implementadas, a criação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) destacou-se ao propor transformar a sociedade em favor dos interesses dos trabalhadores. A partir da PHC, inúmeros autores têm feito reflexões para alcançar temáticas específicas do contexto educacional, tal como a Educação Especial, a inclusão, a Educação do Campo, dentre outros.

Essa teoria pedagógica é comprometida com os trabalhadores, com a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos e com a transformação social. Disso até se firmar como PHC, Saviani (2011) pensou em denominar esta como nova teoria pedagógica revolucionária, pois entendia que a educação deveria se colocar decisivamente a serviço da transformação das relações de produção Saviani (1983-2011). Logo após, pensou chamá-la de pedagogia dialética, pois o autor queria afirmar uma proposta pedagógica, que estivesse atenta aos determinantes sociais da educação e que permitisse articular o trabalho pedagógico com as relações sociais Saviani (2011, p. 118).

Desse modo, somente em 1984, depois de cinco anos após as primeiras elaborações, pedagogia histórico-crítica recebeu seu nome definitivo, de acordo com o professor Saviani, afirma-se sobre uma base histórica e historicizante.

Concluem que o papel da escola não é mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata. (SAVIANI, 2011, p. 201).

Diante desse contexto, a realidade social exigia uma nova abordagem educacional, fundamentada em uma teoria pedagógica capaz de mobilizar a classe trabalhadora para a defesa de seus interesses. Caso se desenvolvesse apenas uma nova teoria que, apesar de diferente em aparência, mantivesse os efeitos práticos das anteriores e permanecesse restrita à preservação da mesma essência, tal iniciativa não traria avanços significativos. Isso mostra que atuar na escola e na sala de aula sem compromisso não é suficiente, pois o trabalho pedagógico pode reforçar ou transformar as relações cotidianas. Saviani (2011, p. 119)

traduzia de modo pertinente o que estava sendo pensado. Porque exatamente o problema das teorias crítico-produtivistas era a falta de enraizamento histórico, isto é, a apreensão do movimento histórico que se desenvolve dialeticamente em suas contradições. A questão em causa era exatamente dar conta desse movimento e ver como a pedagogia se inseria no processo da sociedade e de suas transformações. Então, a expressão histórico-crítica, de certa forma, contrapunha-se a crítico-produtivista. É crítica, como esta, mas, diferentemente dela, não é produtivista, mas enraizada na história. Foi assim que surgiu a denominação. Assim, atendendo à demanda dos alunos, ministrei, em 1984, a disciplina pedagogia histórico-crítica e, a partir desse ano, adotei essa nomenclatura para a corrente pedagógica que venho procurando desenvolver. (SAVIANI, 2011, p. 119).

Portanto, todo esse processo educacional consolidou o PHC como uma teoria pedagógica inserida no processo da sociedade e na sua transformação. A pedagogia histórico-crítica vai além de outras teorias, busca a transformação social a superação da alienação e ir em busca da emancipação humana. Isso quer dizer que essa nova teoria tem uma posição muito clara e objetiva no qual se discute transformação social do capitalismo para o socialismo e talvez para o comunismo. Só assim, a classe trabalhadora poderá ser beneficiada. Para isso, é necessário acessar o conhecimento.

Em suma, foi a partir dos anos 1970 e início da década de 1980, a pedagogia histórico-crítica foi elaborada e difundida no Brasil, propondo uma atuação docente crítica e voltada para mudanças sociais. Trata-se de uma teoria pedagógica emancipadora, com foco nos interesses dos trabalhadores.

2.2 A educação especial

A educação especial é uma modalidade de ensino que visa garantir a inclusão e o acesso à educação de crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, com as condições necessárias para que aprendam e se desenvolvam. Porém, o contexto mostra que as condições reais objetivas estão longe de serem atingidas, pois falta infraestrutura física e pedagógica, além da falta de formação inicial e continuada de pessoas que possam atuar com as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Neste texto, discutimos pontos essenciais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos da educação especial, destacando os elementos fundamentais que asseguram um ensino focado na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Defendemos uma educação emancipadora, baseada na Pedagogia Histórico-Crítica, voltada à transformação social, o que exige conhecimento, estudo e a constante defesa de direitos, especialmente no atual cenário, pois embora se fale tanto de inclusão, impera a exclusão em todos os sentidos.

Os pontos essenciais do AEE são reveladores, pois nos mostram que as condições objetivas não estão sendo atendidas para que os estudantes com necessidades educacionais especiais possam contar com uma educação de qualidade referenciada que lhes permitam aprender e se desenvolver dentro de seus limites e possibilidades. Ainda, vivendo em um contexto em que os últimos anos tem sido reveladores de uma construção falsa de povo, cidadão e sociedade, em que tudo evoca o consumo e as redes sociais, a Educação Especial está massacrada e a quantidade de laudos médicos é alarmante, porque a escola assumiu uma

outra posição, que é de controle dos estudantes em um nível em que não se pode viver as infâncias, não pode se frustrar, não pode externalizar angústia ou qualquer outra coisa, que a criança é rotulado, o jovem é rotulado e precisa de um laudo para explicar. Vivemos a era da medicalização e fabricação de laudos para tudo. E, aqui não se está dizendo que é errôneo ter laudo ou questionando-os, mas é necessário não rotular e pensar melhor sobre o que estamos fazendo com esta sociedade.

O momento exige de todos que defendem o ensino público, laico, gratuito e de qualidade, atenção, organização, articulação. É momento de traçar estratégias que permitam o direito de lutar insistentemente e coerentemente pelo acesso ao conhecimento, pela superação das formas de segregação, pelo não esvaziamento de conteúdos nas escolas públicas, enfim uma luta pelo direito a emancipação humana.

Esse índice resulta das diversas barreiras enfrentadas por esse público no processo educacional, abrangendo desde limitações físicas, como ausência de infraestrutura adequada, até desafios de natureza técnica. Segundo a Lei nº 12.796/2013, art. 58, a educação especial é definida como uma modalidade de educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa modalidade pode ser implementada tanto em instituições regulares quanto em ambientes especializados, como escolas focadas em pessoas com deficiência.

Considerando a amplitude e a complexidade das necessidades atendidas pela educação especial, bem como as diretrizes da legislação inclusiva, a lei recomenda, que sempre que possível, a inclusão desses alunos deve ser no ensino regular, promovendo a inclusão.

Em linhas gerais, a educação especial segue princípios próximos aos do ensino convencional, mas enfatiza o atendimento personalizado, considerando as particularidades de cada indivíduo, suas necessidades e os recursos essenciais para garantir um processo de ensino e aprendizagem eficaz e inclusivo.

A educação especial e inclusiva trouxe maior visibilidade para a escolarização de pessoas com deficiência por meio de legislações e práticas sociais. No entanto, essa modalidade de educação ainda requer avanços estruturais. Segundo Sousa (2018), a formação docente está atrelada a fatores como condições precárias de trabalho, baixos salários e jornadas extensas, o que prejudica sua formação continuada (que muitas vezes não é realizada ou não atende as especificidades da formação requerida pelos trabalhadores).

A formação docente é fundamental para garantir uma prática de ensino inclusiva, indo além de obrigações ou questões salariais, e atendendo todos os alunos, independentemente de

suas condições.

A pedagogia histórico-crítica ao tratar da educação especial no Brasil, destaca a resistência das escolas em incluir crianças e adolescentes com deficiência. A apropriação do conhecimento permite maior inserção social consciente, cabendo à escola, enquanto instituição central na socialização e desenvolvimento humano, promover o acesso aos saberes sistematizados conforme a pedagogia histórico-crítica. Mas, neste ponto entra a reflexão sobre o que deve ser ensinado, e Duarte (2015), informa que:

O critério da pedagogia histórico-crítica para a seleção e organização dos conteúdos escolares é, pois, o do desenvolvimento de cada pessoa como um indivíduo que possa concretizar em sua vida a humanização alcançada até o presente pelo gênero humano. Considerando-se, porém, que o desenvolvimento do gênero humano, até a atualidade, tem ocorrido por força das contradições geradas pela luta de classes, é preciso levar-se em conta o caráter contraditório e heterogêneo do desenvolvimento do que Saviani chamou de “elementos culturais”, que estão necessariamente marcados pela luta ideológica, que sempre acompanha a luta de classes. Luta ideológica significa, entre outras coisas, luta entre concepções de mundo. A definição dos conteúdos escolares é uma tomada de posição nesse embate entre concepções de mundo não apenas diferentes, mas fundamentalmente conflitantes entre si. (DUARTE, 2015, p 16)

Assim, a pedagogia histórico-crítica define a seleção dos conteúdos escolares pelo que é melhor para a formação e para o desenvolvimento humano, considerando o papel das contradições geradas pela luta de classes.

Para o público-alvo da educação especial, o direito à educação é cercado por obstáculos, ora pela falta de conhecimento das possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento destes, ora pela falta de informações sobre as deficiências e transtornos. Ao tratarmos das possibilidades de aprendizagem, em uma sociedade que almeja resultados imediatos e avaliação e ranqueamento, as vivências de escolarização parecem ser fundadas na premissa da não capacidade da pessoa com deficiência.

A escola e os professores nesse contexto possuem papel fundamental na defesa da educação que venha contribuir e impulsionar o desenvolvimento desses indivíduos e para isso é preciso ter claro qual é a teoria de educação que possui essa perspectiva. Portanto, precisa compreender que o ato educativo, no espaço escolar deve ser organizado, sistematizado, planejado e a intencionalidade deve seguir a mesma direção que os objetivos da classe trabalhadora que é, proporcionar a todos os seres humanos acesso aos bens culturais produzidos histórica e coletivamente pela humanidade (DUARTE, 2015; SAVIANI, 2011).

Ao garantir a formação dos alunos, sejam eles com deficiência ou não, com tal objetivo, assume também o papel de possibilitar a esse indivíduo, possibilidades de

transformações que ocorrem primeiramente no interior de cada um, para depois a transformação do meio em que vive e como consequência da sociedade.

2.3 Educação especial e pedagogia histórico-crítica

Este tópico aborda mais um pouco como a pedagogia histórico-crítica contribuiu para a educação especial no Brasil. Destaca que mudanças políticas, econômicas e sociais, especialmente a reforma de 1990, impulsionaram avanços na inclusão escolar de pessoas com deficiência. O governo brasileiro tem buscado redefinir o público-alvo da educação especial para garantir uma abordagem mais inclusiva.

É fundamental avaliar como as práticas escolares se alinham com propostas contemporâneas de inclusão. O artigo 58 a 60, da LDBEN N.9394/96, em seu capítulo V, garante respaldo à educação especial como política pública. A legislação reforça o compromisso do Estado com uma educação pública, gratuita e inclusiva, promovendo avanços significativos para alunos com necessidades especiais. Contudo, isto não é o que ocorre de fato.

A Educação Especial no Brasil passou por três fases principais: a primeira, do século XVI a 1930, com as primeiras iniciativas educacionais para pessoas com deficiência; a segunda, de 1930 a 1973, marcada pela participação da sociedade e avanços nas políticas de escolarização; e a terceira, de 1973 até os anos 2000, caracterizada pelo surgimento dos NEEs e pela implantação da política de inclusão escolar em instituições públicas e privadas. Apesar dos avanços, nem todas as escolas municipais possuem salas de recursos devidamente equipadas para atendimento especializado e muitas delas nem possuem as salas de atendimento AEE, o que priva o estudante com necessidades educacionais especiais daquilo que é direito e está assegurado (BARROCO, 2020; MAZZOTA, 1994).

Ainda, segundo a PHC, a superação da sociedade de classes e das desigualdades por ela produzidas é uma condição fundamental para que a diversidade humana se realize de forma plena e radical.

Partindo da realidade da educação Inclusiva no Brasil, seus impasses e suas conquistas, Mazzota (1994) aborda os desafios e possibilidades da formação humana com escola para todos, em salas de aula que devem, efetivamente, atender às singularidades de seus alunos. Assim, para a Pedagogia Histórico-Crítica, a superação da sociedade de classes e das desigualdades por ela produzidas é uma condição fundamental para que a diversidade humana se realize de forma plena e radical.

Há também que se atentar para discussões de como normas e práticas docentes impactam no ambiente escolar. Quanto à formação docente, Sousa (2018) destaca que fatores como condições precárias de trabalho, baixos salários e jornadas excessivas afetam negativamente a qualidade da formação continuada dos professores. Dessa forma, entende-se que a formação inicial e continuada do professor é essencial para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, bem como para lutar contra a precarização do trabalho docente neste ambiente e nesta modalidade a fim de se ter uma educação de qualidade.

A liberdade no direito à educação, princípio da pedagogia histórico-crítica, fundamenta a socialização dos conhecimentos essenciais para a vida em sociedade. Assim, a escola desempenha papel fundamental no desenvolvimento humano ao garantir a formação do cidadão e promover a socialização por meio do ensino de saberes sistematizados. A educação especial precisa que se paute nesta reflexão para que se garanta a efetivação do direito de aprender e se desenvolver dentro dos seus limites e possibilidades, dentro do ambiente escolar e de uma educação referenciada.

Neste cenário, torna-se relevante analisar como a produção científica recente tem abordado a relação entre educação especial e pedagogia histórico-crítica, principalmente considerando as políticas e práticas que buscam efetivar a inclusão escolar. Para compreender as tendências e desafios desse campo, é imprescindível recorrer a investigações acadêmicas atuais, que permitem mapear avanços, identificar lacunas e refletir sobre a implementação das propostas inclusivas no contexto brasileiro.

A seguir, apresenta-se a pesquisa realizada a partir do Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes (BDTD), que explora justamente essas questões fundamentais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TESES E DISSERTAÇÕES (2020-2025) DO BANCO DE DADOS DA CAPES (BDTD)

3.1 A pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes (BDTD), durante os meses de março à junho. Foi utilizado o mecanismo de busca avançada e como itens de busca os seguintes descritores: **Educação Especial; Educação inclusiva e pedagogia histórico-crítica; Educação Especial e pedagogia histórico-crítica**. O recorte foi de 2020-2025.

Foram encontrados 32 trabalhos após o filtro usando os descritores no BDTD e 12 foram selecionados para a análise deste Trabalho de Conclusão de Curso. Decidimos analisar alguns critérios e dentre os trabalhos selecionar ao menos um terço para análise, pegando como base os critérios:

1. tratar da educação especial;
2. tratar da educação especial a partir da Pedagogia histórico-crítica, ou seja, tendo esta teoria pedagógica como fundamento para as discussões, caso contrário, seria descartada a análise. Portanto, não é apenas referenciar alguns autores. É discutir a partir da PHC a educação especial.

Obviamente, a quantidade de teses e dissertações ultrapassou um terço de pesquisas que tratam da educação especial a partir da PHC. Algumas apenas referenciam Demerval Saviani, em algum momento do texto, outras seguem como norte a PHC como fundamento para toda a reflexão da pesquisa feita. A partir disso, descartamos alguns trabalhos: os grifados verde não tratam da PHC ou só referenciam algum autor da PHC, particularmente, Demerval Saviani. Em lilás, são textos que discutem a PHC, mas como já havíamos conseguido um pouco mais de um terço dos trabalhos para analisar, a fim de que não ficasse muito extenso o conteúdo de análise mesmo assim discutimos métodos que complementasse os trabalhos elaborados da PHC pedagogia histórico-crítica, ao decorrer das leituras percebe-se que a pedagogia histórico-crítica dá ênfase as formas de conhecer o ser humano e a sociedade e orientar a relação entre educação e sociedade.

Seguimos um primeiro passo para todos os documentos, tese e dissertações encontradas: analisamos o resumo, a introdução e o capítulo que trata da fundamentação teórica, para verificar se o critério estabelecido se aplicava. Optamos também em trazer um quadro contemplando todos os 32 trabalhos, vez que consideramos importante e são

referências mais atuais de pesquisas defendidas em Mestrados e Doutorados pelo Brasil, dos anos de 2020-2025, mesmo os que não buscam fundamento específico na PHC.

Tabela 01 – Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes (BDTD) – Educação Especial e PHC – 2020-2025

Autor(a)	Título	Tipo	Ano	Links
Ana Paula dos Santos Ferraz	O projeto de educação especial na educação superior: pedagogias em disputa	Tese	2022	http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26122
Genigleide Santos da Hora	Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas	Tese	2020	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34509
Ruth Mary Pereira dos Santos	A concepção de aprendizagem escolar na política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil (2008-2016)	Dissertação	2022	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/236180/PEED1644-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Vanir Peixer Lorenzini	Trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismos e resistências no atendimento educacional especializado na educação escolar	Tese	2022	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241103
Adriana Cristina	Educação especial e o direito à educação:	Dissertação	2020	https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12389

Morais Eloy	um estudo sobre alfabetização em sala de recursos multifuncionais na escola do campo			
Míriam Alves Turesso	(Re) pensando as necessidades formativas continuadas de docentes no contexto da inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental	Dissertação	2025	http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/bitstream/jspui/1674/2/Miriam%20Alves%20Turesso.pdf
Jaime de Jesus Santana	Políticas públicas para educação especial inclusiva e suas acepções no município de Caetité - BA	Dissertação	2022	https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/8dd0248e-97a2-4ca5-889e-30f9e83de518/content
Christiane Bruce dos Santos	Educação, inclusão e tecnologia assistiva: dimensões políticas implementadas nas escolas públicas pela secretaria municipal de educação de Manaus/Am	Tese	2022	https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9380/19/Tese_ChristianeBruce_PPGEd.pdf
Dâmaris Alcídia da Costa Melgaço	Concepções de deficiência presentes na prática educativa dos educadores de uma "escola inclusiva" no	Dissertação	2024	https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1411013

	sudoeste mineiro			
Natália dos Santos Chaves	Crianças com deficiência de zero a três anos: dimensões legais, políticas e teóricas na Secretaria Municipal de Educação De Manaus	Dissertação	2021	https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8657/8/Disserta%c3%a7%c3%a3o_NataliaChaves_PPGE.pdf
Elcy Aparecida Silva Rosa	A educação especial expressa no currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel (PR): algumas reflexões	Dissertação	2023	https://tede.unioeste.br/handle/tede/7017
Emiliana Pagalday Fernández	Objetos pedagógicos acessíveis: uma experiência a partir de acervos de arte	Dissertação	2024	https://repositorio-api.udesc.br/server/api/core/bitstreams/2e5ee70b-c9b2-41d6-8b07-8ce2d4b66c4e/content
Iranvith Cavalcante Scantbelruy	O Atendimento educacional especializado para estudantes surdos e deficientes auditivos na Rede Municipal de Ensino de Manaus-AM	Tese	2022	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9382 Está indisponível (documento deve ser solicitado ao autor)
Lana Cristina Barbosa de Melo	A nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: dilemas e perspectivas nas políticas de inclusão	Tese	2023	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9790 Está indisponível (documento deve ser solicitado ao autor)

	na rede federal de ensino			
Cinthia do Carmo Gonçalves	A política de educação especial de Venda Nova do Imigrante – ES no contexto da educação infantil: desafios e possibilidades	Dissertação	2024	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_3091dbfe80bf207876157a8d78f93d8f
Angela do Nascimento Paranha de Oliveira	A questão didático-pedagógica no processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial na educação infantil	Tese	2024	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_b6b18cdcf4b32ddaf6260837c1f6a735
Ana Karina Loreley Montero López	Entre o campus e o campo: as interações sociocomunicativas entre Técnicos em Agropecuária e produtores de café do Caparaó	Dissertação	2021	https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3816 Item encontra-se removido da Plataforma
Juliana Ferreira Gouvea	A formação de professores no Ensino Médio na modalidade Normal: experiências inclusivas (de)formativas de	Dissertação	2024	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19667

	escolas fluminenses			
Marineiva Moro Campos de Oliveira	As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC	Tese	2021	https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3469
Eveline Rodrigues Araújo Guedes de Freitas.	Violência escolar e formação de professores: estratégias de enfrentamento na dimensão educacional	Dissertação	2021	https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4086
Carla Andréa Sampaio Mendonça	Ensino de Ciências: o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos sobre a poluição dos igarapés da cidade de Manaus	Dissertação	2020	https://ri.uea.edu.br/items/ae7080bc-90ed-49aa-86b2-dfc28e5a990e
Márcia Alessandra Beltrão Soares.	Ensino de ciências: um estudo sobre a prática no 2º ciclo do ensino fundamental de uma escola pública na cidade de Manaus - AM	Dissertação	2021	https://ri.uea.edu.br/items/86d0ed15-26f0-40cc-b002-5e8073ad1caf
Diego Henrique Machado Gabriel	Políticas públicas de educação inclusiva: interfaces entre educação especial e educação do campo quilombola no	Dissertação	2020	https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12754/3/2020%20-%20Diego%20Henrique%20Machado%20Gabriel.pdf

	município de posse - go			
Victor Aurélio Santana Nascimento	Condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano no "comércio mais barato da Bahia"	Tese	2024	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39496
Fernanda de Paula Gomides	Nova reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/17): desvelando a proposta curricular do estado da Paraíba	Tese	2022	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24804
Luciana de Oliveira Rocha Magalhães	A dimensão subjetiva dos processos de inclusão escolar no movimento da Pesquisa-Trans-Formação	Tese	2021	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23706
Patrícia Cardoso Macedo do Amaral Araújo	A chegada de crianças com a síndrome congênita do zika vírus na educação infantil: formação de professores e inclusão educacional	Tese	2021	https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9935
Ivone Silva de Jesus	A produção escrita-discursiva de pessoas cegas no Enem 2017: formações e memórias discursivas	Tese	2022	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35615

	em perspectiva			
Brisa Gama Jungo	A formação de professores de matemática para atender alunos com deficiência intelectual: uma análise dos microdados do censo escolar.	Dissertação	2022	https://repositorio.ufscar.br/items/cde304cf-a487-4457-8228-394060cbbbb90
Ana Paula Bonifácio Barroso Tenazor	Políticas de Inclusão Escolar no Município de Tabatinga-AM: o que nos diz a Secretaria Municipal de Educação	Dissertação	2023	https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9653#preview-link2
Paloma Laurea Lagassi	Formação de professores de ciências e educação inclusiva: um olhar para os indicadores sociais das regiões Sul e Sudeste.	Dissertação	2020	https://repositorio.ufscar.br/items/ffc7592f-ef89-4344-8026-765620df3ff9

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Analizando os títulos das publicações podemos observar que muitas das publicações não tratam especificamente sobre a temática desta pesquisa. Com isso, tornou-se importante uma análise dos resumos desses trabalhos, bem como da introdução, da fundamentação teórica para mapear aqueles que poderiam tratar da educação especial a partir da PHC, foco da análise.

Ao analisar as 32 teses e dissertações sobre a educação especial na perspectiva da PHC, inicialmente, o resumo, introdução, fundamentação teórica, verificou-se: 5 (cinco) trabalhos não estão disponíveis na plataforma, sendo que 2 acusam erro, dois pedem solicitação ao autor (o que fizemos, mas não recebemos resposta) e consta que foi retirado da plataforma (estes estão assinalados em cinza).

A dissertação de Carla Andréa Sampaio Mendonça, ‘Ensino de Ciências: o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos sobre a poluição dos igarapés da cidade de Manaus’, referencia Saviani apenas duas vezes e o que se percebe durante a primeira análise dos elementos essenciais que permitiram compreender a PHC como fundamentação teórico-metodológica, como análise do resumo, introdução, fundamentação teórica e conclusão é que a teoria pedagógica PHC não é base teórica para as discussões pela autora. Assim, a desconsideramos na análise. Embora referencie Saviani cinco vezes na sua dissertação, Márcia Alessandra Beltrão Soares, não usa a PHC como norteadora fundamental das discussões da sua pesquisa e a desconsideramos na análise. A tese de Vitor Aurélio Santana Nascimento discute algumas questões acerca do marxismo e da dialética, porém, não chega a se fundamentar na PHC para análise, embora referencie Saviani em cinco momentos durante o seu texto.

3.2 Análise das Teses e Dissertações

3.2.1 O projeto de educação especial na educação superior: pedagogia em disputa – Ana Paula dos Santos Ferraz

A tese de Ana Paula dos Santos Ferraz, intitulada “O projeto de educação especial na educação superior: pedagogia em disputa”, foi defendida em 5 de agosto de 2022. O objetivo da autora foi avaliar a educação especial como parte integrante da Educação, considerando as contradições dos fenômenos sociais. É uma tese que busca fundamentos na PHC para suas discussões e cuja pesquisa teve como objetivo mostrar quais ações e práticas pedagógicas se articulavam com o projeto de educação especial na Educação Superior, considerando a Lei nº 13.409/2016, que torna obrigatória a reserva de vagas para pessoas com deficiência em universidades federais. Mesmo que o nosso recorte seja educação básica, acreditamos que seria interessante trazer esta tese para perceber também a especificidade da educação especial no Ensino Superior.

A investigação da tese, de abordagem qualitativa, estruturou-se nas seguintes etapas: levantamento da produção do conhecimento na área; mapeamento das instituições públicas de educação superior no país; elaboração e envio de formulário online para conhecer a realidade das instituições e delimitar critérios de inclusão e exclusão para participação na pesquisa; análise das respostas dos formulários; elaboração de roteiro de entrevista; contato via e-mail com as instituições que responderam ao formulário; convite para participar de entrevista via Google Meet; agendamento e realização das entrevistas.

Das 63 instituições de ensino superior mapeadas, obteve-se 21 respostas aos formulários, das quais foram realizadas 17 entrevistas, gravadas com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas. A análise de conteúdo seguiu três fases: pre-análise, consistindo na seleção de documentos oficiais que orientam a educação na perspectiva da educação inclusiva, tensionamentos e objetivos da investigação, bem como as categorias de análise; exploração do material, caracterizada pela leitura e recortes de textos das respostas dos formulários e transcrição das entrevistas, agrupando-os de acordo com as categorias de análise; e tratamento dos resultados, refletindo e teorizando a partir dos aportes teóricos da Teoria Histórico-Cultural.

O problema de pesquisa foi direcionado para a educação superior, observando a importância das ações pedagógicas de educação especial nesse espaço, possibilitando não só o acesso, mas também a apropriação do saber científico. Compreende-se a educação especial como parte da educação, garantindo o acesso aos acadêmicos na educação superior. Os resultados das pesquisas apontam para um desmonte na educação superior, com processos que visam garantir direitos e acesso aos acadêmicos com deficiências nas universidades. Essas investigações são direcionadas para a educação superior, destacando a importância das ações pedagógicas de educação especial nesse contexto, proporcionando não apenas o acesso, mas também a apropriação do saber científico.

Ferraz (2022) identificou que as universidades não atendem plenamente às necessidades dos acadêmicos incluídos no ensino superior, permitindo uma reflexão sobre a importância de uma educação verdadeiramente inclusiva, adaptada às necessidades específicas dos estudantes com deficiências. Nesse sentido, é essencial considerar métodos adequados.

A educação especial no ensino superior refere-se às práticas e políticas que garantem acesso, permanência e participação de alunos com necessidades especiais (NEE), incluindo pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (TGD). Este nível de educação busca proporcionar ensino individualizado e adaptado, promovendo inclusão e autonomia.

Na tese é trazido o conceito de AEE, o qual se entende como um serviço que oferece suporte pedagógico e técnico aos alunos com NEE, visando identificar suas necessidades, elaborar estratégias de ensino individualizadas e promover acessibilidade ao currículo. A formação de professores e da equipe pedagógica universitária é crucial, permitindo que lidem eficazmente com a diversidade de necessidades dos acadêmicos. O apoio governamental e das instituições de ensino superior é essencial para implementar políticas que garantam educação inclusiva e especial no ensino superior.

Reconhecer as dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino universitário evidencia a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A educação inclusiva assume um papel central na superação da lógica de exclusão, conforme os referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos e a organização de mudanças estruturais e culturais nas universidades para atender às especificidades de todos os alunos.

A autora destaca a relevância da educação especial fundamentada nos princípios da pedagogia histórico-crítica Saviani (2010), presente no trabalho articulado em que o professor de educação especial colabora com demais professores na mediação do saber científico, visando a formação omnilateral dos estudantes apoiados pela educação especial.

Esse panorama reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre a efetividade das políticas de inclusão no ensino superior, ampliando o olhar para a multiplicidade de fatores que influenciam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência. Observa-se que, embora haja avanços legislativos e institucionais, persistem desafios estruturais e culturais que dificultam a transformação das práticas pedagógicas tradicionais. Fatores como a resistência a mudanças, a insuficiência de recursos materiais e humanos, e a falta de diálogo constante entre os diferentes setores da universidade ainda limitam o alcance das ações inclusivas.

Além disso, o relato das experiências dos próprios estudantes revela o quanto o ambiente acadêmico pode ser tanto propulsor quanto barreira para a participação plena. O reconhecimento das barreiras atitudinais — aquelas que se manifestam nas relações cotidianas entre docentes, discentes e equipes administrativas — e a valorização das estratégias de enfrentamento construídas coletivamente tornam-se aspectos fundamentais para uma abordagem mais integrada da inclusão.

Outro ponto relevante diz respeito ao acompanhamento individualizado, que deve ser planejado de modo a garantir que as especificidades de cada estudante sejam respeitadas sem reforçar estigmas ou promover segregações veladas. A colaboração entre diferentes profissionais da instituição, a escuta ativa das demandas apresentadas e a flexibilização curricular aparecem como caminhos viáveis para consolidar uma cultura universitária verdadeiramente acessível.

Nesse contexto, percebe-se que o debate sobre a educação especial nas universidades envolve múltiplos desafios, desde a adaptação de currículos e infraestrutura até a sensibilização da comunidade acadêmica para práticas inclusivas. É fundamental que as instituições avancem na construção de ambientes acessíveis, com políticas institucionais que

assegurem não apenas o ingresso, mas a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com necessidades educacionais específicas. Investir em formação continuada de docentes, ampliar o diálogo interdisciplinar e incorporar tecnologias assistivas são passos essenciais para transformar a experiência universitária em um espaço de pertencimento e desenvolvimento pleno.

Além disso, a promoção de uma cultura institucional que valorize a diversidade, combata o preconceito e incentive a participação ativa de todos os estudantes contribui para uma educação superior mais democrática e equitativa. O compromisso coletivo com a inclusão ultrapassa a simples implementação de leis ou normas, exigindo engajamento ético e político de toda a comunidade universitária para promover uma verdadeira transformação social. Dessa forma, a educação superior pode cumprir seu papel de agente de mudança, rompendo barreiras históricas e ampliando horizontes para todos que dela participam.

A discussão acerca das políticas públicas torna-se ainda mais relevante diante dos avanços e retrocessos observados nos últimos anos no cenário nacional. A consolidação de práticas inclusivas demanda não apenas o cumprimento formal da legislação vigente, mas um compromisso contínuo com a transformação das estruturas acadêmicas tradicionais. Isso implica repensar o papel da universidade como espaço democrático, em que a diversidade seja valorizada e as diferenças, acolhidas como parte integrante do processo formativo. Nesse sentido, é imprescindível fomentar a articulação entre pesquisa, extensão e ensino, criando redes de apoio que envolvam toda a comunidade universitária. Iniciativas de acompanhamento individualizado, adaptação de materiais didáticos e investimentos em acessibilidade arquitetônica e comunicacional devem ser priorizadas. A participação ativa de estudantes com necessidades específicas em instâncias decisórias pode contribuir para que suas demandas sejam efetivamente ouvidas e atendidas, promovendo o protagonismo desses acadêmicos.

Por fim, cabe destacar que a efetividade das ações em educação especial na educação superior está diretamente relacionada ao engajamento coletivo na luta por uma universidade verdadeiramente inclusiva. O desenvolvimento de estratégias inovadoras, sustentadas pelo diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e pela escuta sensível das experiências dos próprios estudantes, pavimenta o caminho para a construção de um ensino superior mais justo, equitativo e transformador.

3.2.2 Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas - Genigleide Santos da Hora

A tese de Genigleide Santos da Hora, intitulada "Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas", foi defendida em 16 de dezembro de 2020. A autora investigou as percepções de professoras do Brasil e de Portugal sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na educação comum. O estudo fundamenta-se na Teoria Sócio-histórico-cultural de Vygotsky e na Pedagogia Histórico-Crítica, de Saviani.

A pesquisa foi qualitativa e exploratória, utilizou dados documentais e entrevistas individuais semiestruturadas com professoras dos dois países. As categorias de análise abordaram a especificidade do trabalho pedagógico inclusivo, como práticas pedagógicas e políticas públicas. Os resultados indicam uma relação estreita entre experiências escolares e práticas inclusivas, a importância da formação continuada e os desafios decorrentes do conhecimento insuficiente sobre essas práticas.

As professoras destacaram a necessidade de mais discussões sobre a prática inclusiva e reconheceram a importância do desenvolvimento psíquico e pedagógico. Apesar de avanços, ainda há um caminho longo para alcançar excelência na inclusão.

A tese explora a prática pedagógica inclusiva no Brasil e em Portugal, focando em discursos, ações e percepções das professoras. Acredita-se que a organização e intervenção pedagógica na inclusão de alunos com deficiência envolvem subjetividade e demandam reflexão contínua. Durante o doutorado, a autora participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) na Universidade do Minho, em Portugal, aprofundando suas pesquisas sobre práticas pedagógicas inclusivas e isto, pelo que se observa na escrita da tese, fez grande diferença nas suas reflexões.

As ações inovadoras do sistema educacional lusitano, que incluem todos os alunos com NEE, destacam-se por encontrar soluções para problemas no ambiente escolar inclusivo. Portugal ocupa uma posição de destaque em qualidade educacional na Europa e pode oferecer valiosas contribuições para a implantação da Educação Especial e Inclusiva na América Latina, especialmente no Brasil.

Neste contexto, observa-se que estudos acadêmicos têm buscado aprofundar a compreensão sobre as diferentes abordagens e concepções que orientam as políticas e práticas de inclusão no ensino superior e na educação básica.

Pesquisas recentes enfatizam a necessidade de analisar criticamente tanto os avanços quanto as limitações das iniciativas voltadas para estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando as influências de teorias pedagógicas e das transformações sociais provocadas por mudanças de políticas públicas. Além disso, destaca-se a importância do diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, como a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Sócio-histórica, que fundamentam processos inclusivos e oferecem subsídios para a formulação de políticas mais efetivas e equitativas. Assim, o debate sobre inclusão educativa permanece dinâmico, exigindo constante revisão e aprimoramento diante dos desafios contemporâneos.

3.2.3 A Concepção de Aprendizagem Escolar na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil - Ruth Mary Pereira dos Santos

A dissertação de Ruth Mary Pereira dos Santos, intitulada “A Concepção de Aprendizagem Escolar na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil”, defendida em 08 de julho de 2022, analisou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no Brasil entre 2008 e 2016. O objetivo foi entender a concepção de aprendizagem escolar nesta política. Os objetivos específicos foram: apreender a concepção de aprendizagem no discurso da política, identificar as teorias pedagógicas correlatas e evidenciar a concepção de educação expressa na PNEEPEI. A análise baseou-se no materialismo histórico e dialético, na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

O estudo utilizou análise documental e revisões acadêmicas, organizando as evidências em quatro eixos: Individualização da aprendizagem, Cisão entre ensino e aprendizagem, Aprendizagem mediada por tecnologias e Resultados da aprendizagem. Concluiu que a PNEEPEI centraliza o processo educativo no estudante, dissociando ensino e aprendizagem, com mediação por recursos pedagógicos e tecnologias, promovendo um ambiente de ensino heterogêneo.

A política se alinhou às reformas educacionais neoliberais intensificadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), focando na inclusão social e educacional. A escola, segundo a Pedagogia Histórico-Crítica, deve mediar conhecimentos científicos para máxima humanização dos indivíduos. Ressalta-se a importância da mediação pelas relações concretas no conhecimento, sendo fundamental para acolher alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Portanto, a pesquisa destaca a centralidade da inclusão escolar

de alunos com deficiência, buscando garantir acesso ao ensino regular, participação plena e ambientes que promovam a aprendizagem de todos os estudantes. Essa política é vista como um avanço na educação especial, articulando consensos sobre a inclusão educacional.

Com base nessas discussões, evidencia-se que a análise das políticas e das práticas inclusivas só ganha volume ao ser articulada com as vivências concretas do cotidiano escolar e o olhar crítico que emerge da interlocução com diferentes referenciais teóricos. A experiência de intercâmbio acadêmico reforçou a percepção de que a inclusão requer, além de políticas bem estruturadas, o engajamento coletivo, a escuta ativa e a disposição para revisitar concepções e metodologias. Fica claro, ainda, que os avanços institucionais só se consolidam quando acompanhados de investimento na formação inicial e continuada das equipes escolares, rompendo com práticas excludentes arraigadas e promovendo uma cultura de pertencimento e respeito à diversidade.

A partir dessas reflexões, constata-se que o fortalecimento da educação inclusiva exige um compromisso social e político contínuo, atento às mudanças e desafios contemporâneos. Assim, a efetividade das políticas depende não apenas de sua elaboração formal, mas principalmente da capacidade de concretizá-las em experiências educativas transformadoras, sensíveis às necessidades e potencialidades de cada estudante nas condições materiais objetivas existentes, para isto também é necessário cobrar do poder público e na escola, entender que a educação é um ato intencional e necessita de ser planejado para conseguir atender as especificidades do ensino e da aprendizagem deste estudante com necessidades educacionais.

3.2.4 O trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismo e resistências no atendimento educacional especializado na educação escolar – Vanir Peixer Lorenzini

A tese de Vanir Peixer Lorenzini com o título “O trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismo e resistências no atendimento educacional especializado na educação escolar”, defendida em 21 de outubro de 2022. O objeto da autora foi o trabalho pedagógico da Educação Especial, na sua expressão do atendimento educacional especializado (AEE), realizado na escola regular.

A autora compreendeu que a Educação Especial, à medida que se insere no contexto da escola regular, compartilha do mesmo projeto de educação escolar. Sendo assim, delimitou como objetivo apreender as concepções que fundamentam o trabalho pedagógico da educação

especial na escola regular. Assumiu a perspectiva do materialismo histórico-dialético (MARX, 2017; GRAMSCI, 2015) para a investigação e análise de dados.

Como procedimentos de pesquisa, a autora realizou a análise de dados extraídos de documentos oficiais (2008 a 2011), do balanço de produção acadêmica (2010 a 2019) e dos depoimentos do grupo focal (2021). Especificamente nos documentos analisados (Brasil, 2008; 2009; 2011), conseguiu identificar como eixo da política de educação especial na perspectiva inclusiva a ênfase nos recursos de acessibilidade ao currículo escolar e o atendimento educacional especializado, prioritariamente em sala de recursos multifuncionais.

No balanço da produção acadêmica e depoimentos dos professores no grupo focal, identificou um consenso, no sentido gramsciano, em relação à utilização de recursos de acessibilidade curricular e eliminação de barreiras e o trabalho colaborativo na sala de aula comum como estratégia alternativa para o AEE.

Pesquisas, segundo a autora, analisam criticamente aspectos do trabalho pedagógico da educação especial, especialmente o AEE nas escolas regulares. Embora dispersas, essas críticas à Política de Educação Especial de 2008 oferecem subsídios para debates coletivos que promovam uma visão mais crítica sobre o consenso atual em torno das práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE.

Esses processos têm a finalidade de garantir direitos e acesso a alunos de escolas do ensino regular, com alguns tipos de deficiências. Isso permite a reflexão sobre a importância de uma educação verdadeiramente inclusiva e adaptada para as necessidades específicas dos estudantes com deficiências. Nesse sentido, é essencial considerar métodos que garantam o acesso a permanência e a participação dos alunos com necessidades especiais (NEE) incluindo pessoas com deficiência, altas habilidades superdotação e transtornos do desenvolvimento classificados como autismo educação especial neste nível busca proporcionar um ensino individualizado é adaptado que atenda às necessidades especiais de cada estudantes promovendo a inclusão e à autonomia .

A análise compreendeu que a educação como processo de formação humana é a maneira pela qual a sociedade, em cada época, promove “[...] direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” Saviani (2015, p. 287). Como prática social, a educação escolar compõe o espectro da sociabilidade à qual se integra, ou seja, na atualidade, a forma social capitalista. Consequentemente, a educação escolar é articulada nos limites desse projeto social, concebida nos moldes de formação unilateral, isto é, na formação necessária ao modo

de produção social vigente, sem levar em conta o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões.

O autor vem fazendo menções duma sociedade contemporânea e marxista a qual cuja formação humana unilateral objetiva a formação diferenciada e desigual, o que contribui para a manutenção da divisão de classes. Contudo, a educação escolar engendrada neste projeto educacional para a manutenção da sociabilidade capitalista abriga contradições. Portanto, é um espaço para disputas, ainda que faça parte do processo de produção da alienação. “Mas a reprodução da alienação é um processo contraditório e, portanto, dialético, contendo em seu bojo tanto as forças que a mantém quanto as forças que podem gerar sua superação” Duarte (2016, p. 106).

O fato é que a educação escolar integra a prática social e que o trabalho pedagógico é expressão das contradições sociais e das correlações de força constituindo os embates entre concepções contraditórias, tanto de sociedade como de educação, que incidem na formação escolar das novas gerações.

Na educação escolar, o trabalho pedagógico reflete o pensamento dominante e revela contradições que apontam possibilidades de mudança na formação humana. Assim, a educação é fundamental para garantir o acesso de cada indivíduo ao legado da humanidade. Segundo Saviani:

[...] a escola é uma instituição especial para fazer isso de forma sistematizada, e fazê-lo em relação à apropriação dos elementos complexos da cultura, dos elementos que exigem interpretação, organização, sistematização e, portanto, para ser apreendidos, precisam do auxílio das pessoas que tiveram, à sua época, a oportunidade de se apropriar deles de forma sistematizada. [...]. Mas a escola tem caráter de classe, portanto é ilusório considerar possível a neutralidade na definição dos conteúdos curriculares, porque eles são carregados de marcas ideológicas e têm conteúdo de classe (SAVIANI, 2011, p.11).

Considerou-se que o trabalho pedagógico como objeto de estudo pode oferecer elementos, a partir de uma análise crítica, para problematizar a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, tal como proposta no âmbito da política da Educação.

A escolarização, compreendida como um meio legitimado de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, tem apresentado dificuldades em atingir seus objetivos junto à maioria dos participantes. Esse cenário também se reflete entre os estudantes da educação especial. Considerando a problemática delineada e fundamentando-se na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e na pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2013), torna-se pertinente analisar criticamente o trabalho pedagógico desenvolvido na educação especial no contexto da escola regular, à luz da perspectiva da educação inclusiva. Dessa forma, a

pesquisa da autora demonstra aderência à temática proposta neste trabalho de conclusão de curso.

3.2.5 Educação especial e o direito à educação: um estudo sobre alfabetização em sala de recursos multifuncionais na escola do campo - Adriana Cristina Morais Eloy

Adriana Cristina Morais Eloy inicia sua dissertação trazendo a importância da alfabetização como uma condição essencial para o acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico sistematizado, posteriormente transformado em saber escolar, para então, propor a pesquisa e trazer como objetivo a análise do processo de alfabetização dos alunos atendidos na sala de recursos multifuncionais.

A pesquisa, de caráter quantitativo e qualitativo, utilizou métodos bibliográficos, documentais e de campo, incluindo entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental de registros administrativos e didático-pedagógicos.

A revisão bibliográfica permitiu, à autora, identificar os principais autores que pesquisaram sobre educação especial relacionada ao objeto de estudo, ou seja, à alfabetização. O estudo empírico foi realizado em uma escola do campo no município de Porto Feliz/SP, contando com cinco alunos atendidos pela sala de recursos multifuncionais (1º ao 5º ano), cinco familiares, a professora especialista, quatro docentes da classe regular, a coordenadora pedagógica, o vice-diretor e a representante da secretaria municipal de educação responsável pela área de educação especial.

A coleta de dados ocorreu entre julho e dezembro de 2018. A análise pautou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da pedagogia histórico-crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Os resultados preliminares indicam que o processo de alfabetização na sala de recursos difere parcialmente daquele realizado na sala comum, principalmente quanto aos recursos didáticos empregados e à abordagem individualizada do atendimento. Tais diferenças refletem avanços limitados na alfabetização das crianças atendidas.

Observou-se também, no trabalho da autora, que a educação especial ainda apresenta traços assistencialistas, sendo atribuída à professora especialista a responsabilidade por soluções tradicionalmente associadas à área médica; há carência de fundamentos teóricos para compreender a aprendizagem, especialmente no que diz respeito à alfabetização e avaliação; a sala de recursos configura-se como o único espaço de atendimento específico às necessidades dos alunos; e a concepção pedagógica permanece alinhada à da sala comum, baseada em

teorias que naturalizam ou biologizam o processo de aprendizagem. Por fim, ressalta-se a importância da pedagogia histórico-crítica como fundamento teórico para qualificar a atuação docente no atendimento de alunos, sejam eles público-alvo da educação especial ou não.

Assim, a dissertação analisa o processo de alfabetização de alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, tendo como campo de pesquisa uma escola rural em Porto Feliz/SP, como já pontuado e nos leva a perceber, junto com a autora, que apesar das legislações garantirem o direito à educação, dificuldades como falta de recursos humanos, materiais, formação docente e acessibilidade comprometem sua efetivação, especialmente no campo para pessoas com deficiência. Esta pesquisa analisa as condições desses sujeitos quanto ao acesso e à permanência escolar, destacando a necessidade de novos fundamentos pedagógicos e maior atenção ao trabalho das salas de recursos multifuncionais, visando ampliar a aprendizagem e a socialização cultural de todos os alunos.

A observação do acesso desses indivíduos à escola, garantido pela legislação, revelou diversas situações em que alunos público-alvo da educação especial, assim como aqueles em condições desfavoráveis de aprendizagem, não tiveram seus direitos plenamente atendidos. Destaca-se, nesse contexto, a importância da implementação de salas de recursos ou outros espaços de ensino que favoreçam o processo de aprendizagem. Conforme a Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional especializado é um direito assegurado.

Entretanto, pesquisas apontam que esse atendimento não era frequentemente proporcionado aos alunos das escolas do campo. Mesmo inseridos em salas comuns, nem sempre havia oportunidades efetivas para a aprendizagem, sendo a presença na escola considerada por alguns apenas uma forma de inclusão voltada para a socialização. Tal perspectiva pode comprometer a formação integral do aluno. No percurso histórico das pessoas com deficiência em relação ao direito à educação escolar, observa-se que registros históricos abordam rejeição, maus-tratos e falta de visão acerca daqueles que apresentavam alguma deficiência, ocorrências que culminaram em práticas paternalistas e assistencialistas e limitaram o reconhecimento dos direitos desses sujeitos.

Diante desse panorama, percebe-se que os desafios enfrentados pela educação especial no contexto rural não se restringem apenas às limitações estruturais, mas envolvem também a necessidade de ressignificar práticas pedagógicas e superar concepções ultrapassadas que ainda permeiam o cotidiano escolar. É fundamental que a reflexão sobre a inclusão vá além do cumprimento formal da legislação e busque, de fato, promover transformações no ambiente escolar e na formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, a valorização da formação

continuada dos docentes torna-se imprescindível para que possam compreender e aplicar estratégias de ensino que contemplem as particularidades de cada estudante.

O diálogo constante entre teoria e prática possibilita avanços na construção de uma escola realmente inclusiva, onde o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos seja prioridade. Além disso, a criação de redes colaborativas entre professores, famílias, equipe gestora e comunidade amplia as possibilidades de apoio e acompanhamento dos estudantes, fortalecendo o papel da escola como promotora de equidade. Reconhece-se, portanto, que a garantia do direito à educação de qualidade para todos demanda compromisso coletivo, investimentos públicos adequados e o rompimento com paradigmas excludentes ainda presentes na sociedade.

Refletir sobre a trajetória da educação especial e sobre as práticas inclusivas nas escolas do campo é um exercício contínuo de autocrítica e abertura para novos saberes, que possibilita a construção de um projeto educativo mais humano, democrático e transformador. Dessa forma, a busca por uma alfabetização significativa e emancipadora deve ser entendida como parte essencial do compromisso ético e político com a justiça social e a cidadania.

Desde o início, a luta das pessoas com deficiência por direitos, especialmente à educação escolar, resultou em avanços históricos. Com a redemocratização, cidadãos passaram a ter voz ativa, reconhecendo as pessoas com deficiência como sujeitos independentes. Embora o direito à educação seja inquestionável, o que foi oferecido esteve longe do ideal: prevaleceu uma educação excludente, com poucos conteúdos, geralmente em instituições filantrópicas e sem profissionais qualificados, perpetuando práticas segregadoras. A legislação evoluiu para assegurar direitos, porém, a educação especial muitas vezes atendeu aos interesses da classe dominante e de parcerias público-privadas, moldando a oferta educacional a esse grupo. As pesquisas mostram que a maioria ainda retrata essas condições na educação especial.

Apesar da existência de políticas públicas, a parceria público-privada é incentivada porque o Estado pode delegar serviços e reduzir investimentos, amparado por legislações que priorizam instituições especializadas. Organizações multilaterais ainda influenciam agendas globais, utilizando a educação para promover inclusão econômica, aliviar gastos públicos e qualificar mão de obra. Além do acesso à escola, é essencial garantir permanência e aprendizagem, destacando-se o papel crucial do professor, que historicamente careceu de formação adequada, especialmente na educação especial.

3.2.6 (RE) pensando as necessidades formativas continuadas de docentes no contexto da inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental - Míriam Alves Turesso

A dissertação de Mirian Alves Turesso, investigou as necessidades formativas dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental para inclusão escolar. Utilizando abordagem qualitativa com questionários e análise documental, identificou demandas voltadas ao atendimento de estudantes da Educação Especial em salas comuns.

Fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, a pesquisa apontou concepções e necessidades formativas presentes na prática docente, analisando documentos como o Projeto Político-Pedagógico, a Lei Brasileira de Inclusão e o Plano Municipal de Educação.

Os resultados mostram que, apesar dos avanços legais, ainda há desafios quanto à formação continuada dos professores, especialmente no desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas. Conclui-se que a formação deve ir além da atualização técnica, promovendo práticas reflexivas e críticas para garantir acesso, permanência e autonomia dos alunos elegíveis aos serviços da Educação Especial, contribuindo para práticas mais equitativas e transformadoras.

A pesquisa adotou a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial teórico e analítico, considerando que tal abordagem compreende a educação como um processo integral voltado à formação crítica e emancipadora dos sujeitos. Com base na perspectiva dialética e marxista, a Pedagogia Histórico-Crítica entende o conhecimento como um produto histórico e social, passível de ser ensinado sistematicamente para contribuir com a constituição de indivíduos críticos e aptos à transformação social.

O principal objetivo dessa abordagem é promover uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, possibilitando aos estudantes a compreensão das condições de sua realidade social, bem como o desenvolvimento da capacidade de intervir criticamente sobre ela.

A PHC defende o papel central da escola na democratização do conhecimento, criticando práticas que ignoram a importância do saber sistematizado. Focada no desenvolvimento humano integral, ela busca promover justiça social e inclusão por meio da educação. No contexto da formação continuada de professores e educação inclusiva, a PHC oferece fundamentos teóricos para práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a diversidade dos estudantes.

Esta dissertação analisou as necessidades formativas dos professores do Ensino Fundamental I para a inclusão escolar, considerando legislação, políticas públicas, práticas

pedagógicas e formação docente. Constatou-se avanço no acesso de estudantes da Educação Especial às escolas regulares, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial, porém persistem desafios para efetivar a inclusão. Destacam-se dificuldades na adaptação curricular, desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas e colaboração com equipes de apoio.

A pesquisa da autora revelou que a formação inicial ainda é insuficiente, tornando a formação continuada essencial, sobretudo aquela fundamentada em teorias como a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que amplia a compreensão das dimensões sociais e culturais da escolarização. A PHC capacita educadores para promover práticas emancipadoras e inclusivas. Além disso, a inclusão exige adaptações em materiais, currículos e avaliações, junto ao fortalecimento da cultura escolar inclusiva, sustentada por políticas públicas adequadas e formação continuada contextualizada à realidade escolar.

Conclui-se que novas pesquisas são necessárias para avaliar abordagens de formação e práticas inclusivas, bem como a perspectiva dos próprios estudantes da Educação Especial e suas famílias. O desenvolvimento da escola inclusiva demanda compromisso contínuo de todos, reconhecendo a educação inclusiva como um processo em evolução.

3.2.7 Políticas públicas para educação especial inclusiva e suas acepções no município de Caetité – Ba - Jaime de Jesus Santana

A dissertação de Jaime de Jesus Santana analisa as Políticas Públicas brasileiras para Educação Especial inclusiva, focalizando sua implementação no Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) em Caetité, Bahia. O estudo examina como essas políticas foram incorporadas ao PME local, seus impactos e desafios atuais. A abordagem teórica segue o Materialismo Histórico e Dialético e a Pedagogia Histórico-Crítica, utilizando Análise Documental, Grupo Focal e Análise de Conteúdo para investigar a relação entre documentos federais, estaduais e municipais.

A pesquisa analisou documentos legais sobre educação especial nas esferas nacional, estadual e municipal, com ênfase no Plano Municipal de Educação de Caetité (2015–2025), além de envolver membros do Conselho Municipal de Educação, equipe da Secretaria Municipal de Educação e profissionais do CEEEC. Concluiu-se que, embora as legislações representem avanços para a inclusão, persistem brechas e desafios que impedem sua efetiva implementação, perpetuando o capacitismo estrutural.

Convém destacar que a opção teórica exerce fortes influências nos resultados da pesquisa. Desse modo, a partir da escolha feita, o trabalho pode apresentar direcionamentos diferentes. Assim, a perspectiva teórico-metodológica adotada para o desenvolvimento deste estudo parte da teoria clássica do Materialismo Histórico e Dialético - MHD iniciada por um dos principais pensadores da sociologia, Karl Marx, bem como parte também das teorias contemporâneas estruturadas na matriz do conhecimento marxista, como a teoria da Pedagogia Histórico-Crítica - PHC de Dermeval Saviani.

Analizando a etimologia dos termos, o Materialismo Histórico busca compreender a dinâmica da sociedade a partir do seu contexto histórico, enquanto a Dialética significa discutir os fenômenos e o pensamento nessa sociedade. Assim, Sujeito e Objeto nas pesquisas desenvolvidas com base nessa teoria possuem o mesmo peso. Não se estuda isoladamente o Sujeito sem considerar a conjuntura na qual ele se insere. Portanto, ao se falar de Políticas Públicas de Educação Inclusiva não seria condizente utilizar a desproporcionalidade da relação Sujeito/Objeto para análise teórica desses movimentos.

O estudo sobre a implementação de políticas públicas para a Educação Inclusiva no município de Caetité - BA, especialmente no contexto do PME, demandou uma análise abrangente, incluindo o entendimento do contexto sociopolítico relacionado à construção de ambientes educacionais inclusivos. O trabalho envolveu não apenas o levantamento histórico do público-alvo da Educação Especial, mas também a análise da estruturação das políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas.

Desde sua introdução da pesquisa, o autor abordou os desafios enfrentados pelos profissionais docentes na prática inclusiva, destacando que, além da formação necessária, aspectos como a disposição dos educadores podem influenciar o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Ressalta-se que a realização dessas práticas está associada ao compromisso com o direito à educação, evitando a perpetuação de abordagens segregatórias.

A função docente envolve garantir o acesso à educação, e nesse processo, educadores atuam como intermediários entre as políticas públicas garantidas pelo Estado e o direito dos estudantes a uma educação de qualidade. Restringir o acesso à inclusão pode contribuir para a manutenção do capacitismo, pois escolas excludentes tendem a reproduzir essas posturas na sociedade, o que pode impactar o ambiente social e político.

No contexto da escola inclusiva, espera-se a promoção de ações que favoreçam a superação dessas barreiras atitudinais. Ao analisar o conceito de capacitismo, observa-se que o julgamento de pessoas com deficiência tem raízes históricas e assume diferentes formas ao

longo do tempo, sendo associado tanto a elementos místicos quanto a questões de poder, como exemplificado por episódios históricos de exclusão extrema.

A ausência de um plano nacional de educação e a atuação limitada do Estado brasileiro tiveram impacto negativo no desenvolvimento social e tecnológico do país. O contexto favoreceu a expansão do ensino privado, leigo e religioso, que recebeu parte dos recursos públicos destinados à área educacional.

No caso do PME de Caetité - BA, a Meta 04, referente à Educação Inclusiva, prevê a oferta do atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, sem impor obrigatoriedade, estabelecendo a relação entre direito e dever. Embora tenha havido avanços normativos, a implementação efetiva de políticas públicas que transformem a realidade social ainda representa um desafio.

O autor observou que um dos obstáculos para a Educação Inclusiva consiste em superar a tendência das escolas regulares de transferirem a responsabilidade da educação escolar do PAEE para as Equipes de Educação Especial e para o Centro de Educação Especial, afastando-se da corresponsabilidade pela inclusão desses estudantes.

Esse cenário influencia o envolvimento de professores da rede comum nas oportunidades de formação continuada voltadas à Educação Inclusiva. Outro aspecto identificado está relacionado à implantação das SRMs: apesar de o município ter sido contemplado com oito Salas pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais em 2008, apenas duas foram implementadas. Também foi verificada resistência em algumas unidades escolares quanto ao recebimento dessas salas e à priorização do AEE, contribuindo para a concentração dessa modalidade no CEEEC, fator que pode dificultar o acesso, sobretudo para estudantes de áreas rurais.

O estudo indicou, ainda, que o município de Caetité não dispõe de articulação intersetorial satisfatória para o atendimento às necessidades da população. Conforme relatos do GCPs, durante a pandemia da Covid-19 ficou evidente que o suporte pedagógico isolado não era suficiente para assegurar a inclusão, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social de parte dos estudantes. Os dados sugerem que a atuação intersetorial é fundamental para a promoção da inclusão plena e reforçam a importância de tratar as políticas de inclusão como políticas de Estado.

3.2.8 Educação, inclusão e tecnologia assistiva: dimensões políticas implementadas nas escolas públicas pela secretaria municipal de educação de Manaus/Am - Christiane Bruce dos Santos

A pesquisa de Christiane Bruce analisou a implementação de políticas públicas para recursos de Tecnologia Assistiva (TA) de baixo custo em escolas da Secretaria Municipal de Manaus, com apoio da Capes e Fapeam. A pesquisa documental e de campo contou com entrevistas a professores de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e salas comuns, organizando os dados por Análise de Conteúdo. Este estudo analisou a implementação de políticas públicas para recursos de TA nas escolas públicas municipais de Manaus.

Considera-se a educação um direito constitucional para todos os estudantes, independentemente de suas condições. A educação especial, sob uma perspectiva inclusiva, busca garantir qualidade a estudantes com deficiência, TEA e Altas Habilidades/Superdotação, dentro do contexto social vigente.

Os resultados revelam falta de articulação entre professores, ausência de materiais e recursos pedagógicos de TA, além de carência de formação adequada para docentes. Tais ausências contrariam legislações nacionais e municipais de inclusão. Defende-se que o fornecimento de TA é vital para inclusão escolar e que a acessibilidade prometida em lei ainda não se concretiza nas escolas de Manaus, apontando a necessidade urgente de efetivação dessas políticas.

A escolha do método dialético foi justificada pela necessidade de analisar a contradição entre políticas de inclusão educacional e a realidade das escolas em uma sociedade neoliberal, que proclama direitos enquanto reduz recursos sociais. Esse método permite uma análise crítica profunda do problema, considerando múltiplas determinações. No contexto dialético, a TA é vista tanto como produto voltado à valorização do capital quanto como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência e TEA, promovendo acessibilidade e favorecendo grupos historicamente excluídos. Por ser resultado do trabalho humano, a TA deve estar disponível a quem dela necessita.

A Pedagogia Histórico-Crítica foi adotada devido à sua base dialética e ao foco na compreensão elaborada do conhecimento, integrando teoria e prática e promovendo avanços qualitativos no processo educativo.

Com base na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), o professor evolui seu conhecimento, auxiliando os estudantes a alcançarem uma compreensão crítica e transformadora da sociedade, capacitando-os a defender seus direitos. Essa abordagem é desejada para todos os alunos, incluindo aqueles da educação especial e os profissionais envolvidos.

Os estudos de autores como Demerval Saviani têm ampliado a visão sobre políticas públicas e inclusão, especialmente quanto à implementação da Tecnologia Assistiva (TA) nas escolas de Manaus, segundo a autora. E implementar políticas sociais em sociedades capitalistas é desafiador, mas consideramos fundamental lutar por inclusão e acessibilidade para todos.

Concluímos que o estudo da autora contribuiu para compreender a realidade social sob diferentes dimensões, permitindo questionamentos e enfrentamentos. Esperamos que esta pesquisa estimule reflexões sobre a importância de elementos essenciais à implementação das políticas públicas em TA, como planejamento escolar, integração entre professores, fornecimento de materiais e recursos pedagógicos, além de formação para o uso da TA visando promover a acessibilidade dos estudantes aos conteúdos escolares de forma histórico-crítica.

3.2.9 Concepções de deficiência presentes na práxis educativa dos educadores de uma "escola inclusiva" no sudoeste mineiro - Damaris Alcídia da Costa Melgaço

A pesquisa de Damaris Alcídia da Costa Melgaço analisou criticamente as concepções de deficiência entre professores e gestores de uma escola referência em Educação Inclusiva no interior de Minas Gerais. O estudo adotou abordagem bibliográfica, documental e de campo com metodologia de estudo de caso, utilizando levantamento bibliográfico-documental, observação e inquirição. Inicialmente, foram buscadas produções nacionais sobre “concepções de deficiência” em plataformas como Capes, Scielo, BDTD e Google Acadêmico.

O levantamento bibliográfico identificou produções relevantes sobre o tema, fundamentando o desenvolvimento teórico da dissertação. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a análise documental de políticas públicas federais e estaduais de Minas Gerais, os PAEE do estado, o diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa de campo ocorreu entre setembro de 2023 e maio de 2024, com entrevistas a doze profissionais do AEE da escola (direção, pedagogia, professores regentes, professoras de Sala de Recurso e professores de apoio). Os dados foram analisados qualitativamente por triangulação, com base nas políticas públicas para pessoas com deficiência e nos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural.

Após o levantamento bibliográfico e documental referentes às políticas públicas federais e do estado de Minas Gerais, a autora verificou que estas obedeceram às determinações históricas superestruturais da sociedade capitalista e ainda, estas políticas públicas de Educação Especial mantêm a dualidade histórica entre a lógica produtora dos

estudantes considerados "normais" e "anormais", estabelecendo uma práxis educacional que oferta uma escolarização dicotomizada e respaldada no par dialético capacidade-incapacidade, bem como a permanência de concepções de deficiência médico-biológicas e culturalistas perpetuadas via prática social.

A pesquisa conclui que a evolução da economia mundial resultou em um processo desumanizador de exploração do trabalho humano, gerando segregação social e étnica. Essa divisão provocou desigualdade de direitos e tensão global, exigindo a criação de políticas públicas para garantir o bem-estar social universal, mas as condições reais vão contra o que as legislações garantem.

Na escola pesquisada pela autora, os principais fatores identificados como contribuintes para o insucesso escolar do público-alvo da educação especial incluem desajuste, falta de recursos, ausência de diagnóstico e medicalização, desinteresse e carência de apoio dos estados e municípios. Esse contexto leva educadores locais a refletir sobre suas práticas e realizar uma avaliação criteriosa dos resultados.

A responsabilidade é frequentemente atribuída a diversos agentes, como professores, pessoas com deficiência, suas famílias e à estrutura social, em vez do sistema em si. Em sociedades organizadas por classes sociais, diferentes formas de inclusão podem ocorrer, influenciadas pelas relações de trabalho e pela valorização das atividades humanas, inclusive a educação. O acesso ao conhecimento pode se concentrar em determinados grupos que estabelecem prioridades científicas e econômicas, além de definir preços e salários de acordo com interesses específicos. Essa dinâmica também pode ser observada no contexto dos profissionais da educação em Minas Gerais, onde as condições de trabalho são influenciadas pelas políticas públicas em vigor.

Concluimos que as concepções de deficiência que fundamentam a prática dos professores e gestores em uma escola referência do sudoeste de Minas Gerais transitam entre a visão médico-biológica e a sociocultural. A escolarização baseia-se tanto em laudos médicos quanto em abordagens pós-modernas e humanistas, que veem a deficiência como fenômeno social em constante construção, influenciado por tempo, espaço e subjetividades.

3.2.10 Crianças com deficiência de zero a três anos: dimensões legais, políticas e teóricas na Secretaria Municipal de Educação De Manaus - Natália dos Santos Chaves

A dissertação de Natália dos Santos Chaves analisou o contexto legal, político e teórico do atendimento a crianças com deficiência de 0 a 3 anos na Secretaria Municipal de Educação

de Manaus. Os objetivos específicos incluíram: compreender os fundamentos legais, políticos e teóricos das diretrizes para esse atendimento; examinar características como sexo, idade, tipo de deficiência, quantidade e localização geográfica das crianças matriculadas entre 2019 e 2020; e identificar os subsídios teóricos e diretrizes adotados pela Secretaria.

Este estudo, fundamentado na abordagem qualitativa, utilizou análise documental, pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Os resultados mostram que o direito à educação para crianças com deficiência de zero a três anos está garantido em leis nacionais e internacionais. No entanto, a efetivação da inclusão ainda é limitada em Manaus, evidenciada pelo baixo número de matrículas, predominantemente de meninos com autismo, principalmente nas escolas da Divisão Sul da SEMED/Manaus. Os dados revelam que a relação entre inclusão e exclusão permanece um desafio na Educação Especial do município, resultando em impacto reduzido na oferta de Estimulação Precoce.

A pesquisa intitulada “Crianças com deficiência de zero a três anos: dimensões legais, políticas e teóricas na Secretaria Municipal de Educação de Manaus” teve como objetivo responder à seguinte questão: A Secretaria Municipal de Educação de Manaus está garantindo o atendimento às crianças com deficiência na faixa etária de 0 a 3 anos? O estudo também abordou questões como: De que forma a Secretaria Municipal de Educação oferece atendimento educacional para crianças com deficiência nessa faixa etária? O número de alunos com deficiência de 0 a 3 anos na rede municipal de Educação de Manaus é significativo em relação à população do município? As respostas a essas perguntas foram desenvolvidas ao longo do estudo, que foi dividido em três seções destinadas à análise dos contextos legal, político e teórico relacionados ao atendimento a crianças com deficiência de 0 a 3 anos na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

O estudo indica que a Estimulação Precoce é essencial nos primeiros anos de vida, especialmente para crianças com deficiência, pois esse período é marcado por rápidas mudanças no desenvolvimento. Ambientes como família e escola devem fornecer recursos variados para potencializar o desenvolvimento infantil.

Segundo a autora, Beyer (2005) aponta que há um sentimento de impotência nas redes de ensino para efetivar a inclusão; embora existam leis, seu cumprimento é visto como uma meta distante. Destaca-se a diferença entre políticas anunciadas e aquelas realmente aplicadas, ressaltando que a legislação só terá efeito se chegar às salas de aula como processo educativo e transformador, não apenas como imposição. A lei, sozinha, não assegura a inclusão escolar.

O atendimento a crianças de 0 a 3 anos com deficiência ainda não atende plenamente aos princípios da Declaração de Salamanca. Este estudo tem como objetivo informar

autoridades sobre a importância de ações mais alinhadas a esse público. O contexto de crise educacional e o debate acerca de políticas públicas entre 2008 e 2020 apresentam desafios para práticas inclusivas e sugerem a necessidade de novas abordagens compatíveis com os aspectos legais, políticos e jurídicos vigentes.

O texto propõe uma análise sobre a infância, o papel da escola e a identidade das crianças no ambiente escolar, independentemente de possuírem deficiência. Destaca-se também a relevância de examinar as funções do gestor, professor e pais na formação dos discursos e relações escolares. A pesquisa reconhece a complexidade do tema e aponta para a necessidade de estudos adicionais.

3.2.11 A educação especial expressa no currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel (PR): algumas reflexões - Elcy Aparecida da Silva Rosa

Esta dissertação analisa a inclusão da Educação Especial no Currículo da Rede Pública Municipal de Cascavel (PR) para o Ensino Fundamental, considerando versões de 2008 e 2020, já incorporando a Base Nacional Comum Curricular. O objetivo é compreender a abordagem e viabilidade da Educação Especial nesses documentos, em uma perspectiva de Educação Inclusiva.

A pesquisa examina historicamente as concepções de deficiência, processos de aprendizagem e o desenvolvimento humano, analisando políticas públicas e a evolução curricular. Fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, na Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento e na Pedagogia Histórico-Crítica. Metodologicamente, utiliza revisão bibliográfica qualitativa e análise documental. A compreensão sobre os alunos público da Educação Especial busca ampliar a prática pedagógica dos professores, promovendo a efetivação da educação inclusiva.

A pesquisa demonstrou que a Educação Inclusiva está presente no currículo da Rede Municipal de Cascavel. Com base na Teoria Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, o currículo orienta o ensino e as práticas docentes, ressaltando a importância do estudo contínuo para uma atuação mais qualificada.

A compreensão da realidade estudada exige reconhecer que o presente resulta de processos históricos. Cada indivíduo é singular, influenciado por esse contexto, o que requer do professor um olhar atento e ações personalizadas para cada aluno. O docente deve ser sempre estudioso, pois cada dia traz novos desafios que demandam compreensão e adaptação. Como destacou Vigotski, a educação deve promover uma transformação nos indivíduos.

3.2.12 Objetos pedagógicos acessíveis: uma experiência a partir de acervos de arte - Emiliana Pagalday Fernández

O estudo de Emiliana, nesta pesquisa, examina a utilização de objetos pedagógicos na promoção da acessibilidade em museus e suas possíveis contribuições para o ensino de arte, com foco em pessoas com deficiência. Os objetos analisados foram desenvolvidos no âmbito do projeto Formação Inclusiva para Museus de Santa Catarina (FIMSC), sendo selecionados aqueles originados a partir dos acervos de arte.

A pesquisa visa aprimorar práticas educativas inclusivas em museus por meio de uma metodologia voltada ao uso de objetos pedagógicos. Analisa a trajetória da educação inclusiva no Brasil, ações e acessibilidade em museus, com foco em Santa Catarina, abordando experiências, legislações e políticas públicas relevantes.

O estudo apresenta o projeto FIMSC, detalha oito objetos pedagógicos analisados e discute como esses instrumentos, fundamentados na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural, podem contribuir para um ensino de arte mais inclusivo. Ao final, sugere estratégias para aperfeiçoar práticas pedagógicas baseadas no uso desses objetos nos museus.

A análise mostra que objetos pedagógicos de arte ampliam a acessibilidade estética, promovem participação ativa, incentivam a criatividade e fortalecem a interação social. Para uma aprendizagem eficaz, é necessário planejar intencionalmente o uso desses objetos, considerando suas contribuições e as necessidades dos participantes. Sugere-se integrar educação formal e não formal, promovendo colaboração entre museus e escolas para enfrentar desafios de exclusão social.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a análise de experiências passadas contribui significativamente para a reflexão sobre o presente, servindo como fundamento para a formulação de estratégias que visem superar as necessidades identificadas na prática social contemporânea, especialmente no que tange à inclusão de pessoas com deficiência nos espaços culturais, notadamente aqueles relacionados a acervos artísticos. A promoção do acesso universal ao patrimônio artístico, histórico, cultural e natural constitui um compromisso social inerente às instituições museológicas, alinhado à garantia dos direitos legais, em particular o direito de acesso à cultura para todos.

Entretanto, é importante reconhecer que o pleno atendimento a esse direito está condicionado à existência de recursos materiais e estruturais adequados, cuja provisão é igualmente responsabilidade do Estado, incluindo a promoção da acessibilidade cultural e a qualidade do ensino nas instituições públicas culturais. É evidente que os museus podem

exercer um papel transformador na sociedade, atuando como espaços potencialmente contra-hegemônicos, pela capacidade de congregar indivíduos, difundir conhecimento e fomentar uma consciência crítica.

Por outro lado, conforme evidenciado pelas pesquisas, os museus frequentemente enfrentam desafios relativos à limitação de recursos materiais e humanos necessários para o cumprimento das exigências legais. Ressalta-se ainda que a efetivação de um ambiente verdadeiramente inclusivo requer não apenas a ampliação das ações educativas, mas também a reestruturação da própria gestão museológica, visando sua democratização e popularização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa de conclusão de curso visam apresentar uma proposta de educação especial com base na análise da pedagogia histórico-crítica. O estudo teve como objetivo abordar a educação especial sob essa perspectiva, buscando contribuir para reflexões sobre o tema a partir das teses e dissertações.

O texto discute ações necessárias para transformar a realidade educacional das pessoas com necessidades especiais, destacando que tal mudança exige adaptações estruturais, planejamento e revisão de práticas tradicionais. A superação de barreiras e padrões conservadores é apontada como fundamental para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

A análise realizada sugere que, apesar dos avanços normativos no Brasil em relação à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, ainda existem desafios práticos a serem superados. A frase que você começou “Apesar dos avanços normativos no Brasil em relação à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais...” parece ser a introdução de uma reflexão ou análise crítica. Posso te ajudar a desenvolver esse pensamento. Aqui vai uma sugestão de continuação: Apesar dos avanços normativos no Brasil em relação à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, ainda persistem desafios significativos na efetivação desses direitos no cotidiano escolar.

Aponta-se a necessidade de investimentos em infraestrutura, formação docente e políticas públicas eficazes para garantir uma inclusão efetiva. Considera-se a educação inclusiva não como um fim, mas como instrumento para promover equidade e respeito à diversidade, preparando os estudantes para convívio em uma sociedade plural e democrática.

Conclui-se pela importância de manter a pesquisa e o debate sobre o tema, de modo a buscar soluções inovadoras e colaborativas para os desafios existentes. Afirma-se que a educação inclusiva é um direito de todos e um dever social, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e acessível.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia Cardoso Macedo do Amaral. **A chegada de crianças com a síndrome congênita do zika vírus na educação infantil:** formação de professores e inclusão educacional. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n.9394, de 23 de dezembro de 1996.** Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE n.2, de 11 de setembro de 2001.

CHAVES, Natália dos Santos. **Crianças com deficiência de zero a três anos:** dimensões legais, políticas e teóricas na Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Programa de Pós-graduação em Educação. Manaus: 2021. 120 f

DUARTE, N. A importância da concepção de mundo para a educação escolar: porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein. **Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 8-25, jun. 2015. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12808/9501>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DUARTE, N. **A individualidade para - si:** contribuição à uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

FERNÁNDEZ, Emiliana Pagalday. **Objetos pedagógicos acessíveis:** uma experiência a partir de acervos de arte. 2025. Dissertação (Pós-Graduação em Artes Visuais) - Udesc, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.udesc.br/handle/UDESC/20335>.

FREITAS, Eveline Rodrigues Araújo Guedes de. **Violência escolar e formação de professores:** estratégias de enfrentamento na dimensão educacional. 2021. 138 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores - PPGPPF).- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

GABRIEL, Diego Henrique Machado. **Políticas públicas de educação inclusiva:** interfaces entre educação especial e educação do campo quilombola no Município de Posse-GO. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2020. 117 f

GOMIDES, Fernanda de Paula. **Nova reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/17):** desvelando a proposta curricular do estado da Paraíba. Programa de Pós-graduação em Educação. Tese. João Pessoa, 2022. 174 f

GOUVEA, Juliana Ferreira. **A formação de professores no Ensino Médio na modalidade Normal:** experiências inclusivas (de)formativas de escolas fluminenses. 2024. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

HORA, Genigleide Santos da. **Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 2020.

JESUS, Ivone Silva de. **A produção escrita-discursiva de pessoas cegas no Enem 2017: formações e memórias discursivas em perspectiva.** Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade da Bahia. Salvador: 2022. 343 f

JUNGO, Brisa Gama. **A formação de professores de matemática para atender alunos com deficiência intelectual: uma análise dos microdados do censo escolar.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/16351>.

LAGASSI, Paloma Laurea. **Formação de professores de ciências e educação inclusiva: um olhar para os indicadores sociais das regiões Sul e Sudeste.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12869>.

MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. **A dimensão subjetiva dos processos de inclusão escolar no movimento da pesquisa-trans-formação.** Programa de Pós-graduação em Educação PUC-SP. São Paulo: 2021. 608 f

MARTINS, L. M. Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org). **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 43-57.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1

MELGAÇO, Dâmaris Alcídia da Costa. **Concepções de deficiência presentes na práxis educativa dos educadores de uma "escola inclusiva" no sudoeste mineiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (PPGE). Campinas, SP: [s.n.], 2024.

MELO, Lana Cristina Barbosa de. **A nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: dilemas e perspectivas nas políticas de inclusão na rede federal de ensino.** 2023. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

MENDONÇA, Carla Andréa Sampaio. **Ensino de Ciências: o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos sobre a poluição dos igarapés da cidade de Manaus.** 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

NASCIMENTO, Victor Aurélio Santana. **Condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano no "comércio mais barato da Bahia".** Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2024.

OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de. **As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC.** 2021. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

SANTANA, Jaime de Jesus **Políticas públicas para educação especial inclusiva e suas acepções no município de Caetité/Ba.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Caetité, 2022.

SANTOS, Christiane Bruce dos. **Educação, inclusão e tecnologia assistiva:** dimensões políticas implementadas nas escolas públicas pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2022 168f

SAVIANI, D. **pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10. Ed. Ver. Campinas, 2008. (coleções educação contemporânea

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCANTBERLRUY, Iranvith Cavalcante. **O atendimento educacional especializado para estudantes surdos e deficientes auditivos na Rede Municipal de Ensino de Manaus-AM.** 2022. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

SILVA ROSA, Elcy Aparecida Silva Rosa **A educação especial expressa no currículo da rede pública municipal de ensino de Cascavel:** algumas reflexões Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Cascavel, 2023. 128 p

SOARES, Márcia Alessandra Beltrão Soares. **Ensino de ciências:** um estudo sobre a prática no 2º ciclo do ensino fundamental de uma escola pública na cidade de Manaus - AM. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021. 142 f.

TENAZOR, Ana Paula Bonifácio Barroso **Políticas de Inclusão Escolar no Município de Tabatinga-AM:** O que nos diz a Secretaria Municipal de Educação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus: UFAM, 2023 195 f

TURESSO, Miriam Alves. **(RE) pensando as necessidades formativas continuadas de docentes no contexto da inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.** Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, 2025.